



MARINHA DO BRASIL

DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL

ANEXO V

(Processo Administrativo nº 63187.000755/2026-31)

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA RESTRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA FUTURA LICITAÇÃO DA OBRA
Aviso de Contratação Direta — Dispensa de Licitação — Art. 75, I, Lei nº 14.133/2021 Assessoria
Técnica de Engenharia Consultiva — Complexo Edificado da Ilha da Paz — SFS/SC

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

Razão Social / Nome:

CNPJ / CPF:

Endereço:

Cidade / UF:

Responsável Legal:

CPF do Responsável:

E-mail:

Telefone:

Responsável Técnico (RT):

CREA-SC / CAU (RT):

DECLARAÇÃO

A empresa (ou profissional autônomo) acima identificada, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, vem, nos termos do Art. 9º, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e dos itens 3.8.1 e 4.9.7 do Aviso de Contratação Direta da Dispensa Eletrônica instaurada pela Delegacia da Capitania dos Portos em São Francisco do Sul (DeLSFSul — UASG 785342), **DECLARAR, de forma livre, consciente e irrevogável**, que:— Tem **plena ciência** de que o objeto da presente contratação compreende a elaboração dos seguintes documentos técnicos destinados a instruir o processo licitatório da futura obra de reforma das coberturas do Complexo Edificado da Ilha da

63187.000755/2026-31

Paz: Laudo de Vistoria Técnica (E-01), Estudo Técnico Preliminar da Obra (E-02), **Projeto Básico/Termo de Referência da Obra (E-03)**, Planilha Orçamentária SINAPI (E-04), Cronograma Físico-financeiro (E-05), Matriz de Riscos (E-06), **Memorial Descritivo (E-07)** e Subsídio à Minuta do Contrato (E-08).

- I — Tem plena ciência de que, por ser **autora do Projeto Básico (E-03) e do Memorial Descritivo (E-07)** da obra de reforma das coberturas do Complexo Edificado da Ilha da Paz, ficará **IMPEDIDA DE PARTICIPAR** do certame licitatório subsequente para a execução física da referida obra, nos termos do Art. 9º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que veda a participação, na licitação ou na execução do contrato, de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o projeto básico ou executivo do objeto licitado.
- II — Tem plena ciência de que a restrição prevista no inciso II desta Declaração é **extensiva**: a) a todas as empresas integrantes do mesmo grupo econômico da declarante — controladoras, controladas e coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976; e b) ao profissional indicado como Responsável Técnico (RT) nos documentos produzidos, impedido de assinar ART de execução ou de fiscalização na futura obra.
- III — Tem plena ciência de que a restrição prevista nos incisos II e III desta Declaração **persiste independentemente** da denominação do certame subsequente — seja Dispensa de Licitação, Pregão Eletrônico ou Concorrência Pública —, abrangendo qualquer modalidade de seleção de fornecedor para a execução física da reforma das coberturas do Complexo Edificado da Ilha da Paz.
- IV — Tem plena ciência de que a tentativa de participação na futura licitação da obra, diretamente ou por interposta pessoa — física ou jurídica vinculada à declarante —, configura **conduta inidônea** passível de aplicação das sanções previstas no Art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021 (impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade), bem como de responsabilização civil e criminal nos termos da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
- V — Aceita expressamente a restrição acima descrita como **condição essencial e inegociável** para a celebração do Contrato de Assessoria Técnica de Engenharia Consultiva com a DelSFSul, reconhecendo que tal restrição não configura limitação indevida à livre concorrência, mas decorre de expressa determinação legal destinada a preservar a isonomia e a moralidade administrativa no processo licitatório subsequente.

- VI** — As informações prestadas nesta Declaração são verdadeiras e que a omissão ou a falsidade de qualquer dado aqui consignado implicará as sanções previstas no Art. 155, incisos VIII e X, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

Por ser verdade, firmo a presente Declaração, sob as penas da lei.

São Francisco do Sul, SC na data da assinatura.